PUBLICIDADE LEGAL

Fagundes Construção e Mineração S.A.

CNPJ: 90.272.337/0001-40 - NIRE: 43.300.057.305

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração: Senhores acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter-lhes à apreciação as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 que estão disponíveis nos endereços: https://www.fagundes.com/site/

Balanco Patrimonial

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	190.643	254.104
Contas a receber de clientes	341.745	238.979
Estoques	38.727	35.221
Tributos a recuperar	15.917	19.087
Outros ativos	12.623	24.559
	599.655	571.950
Não circulante		
Partes relacionadas	26	431
Tributos a recuperar	14.533	4.638
Depósitos judiciais	2.864	3.805
Outros ativos	1.326	7.834
	18.749	16.708
Imobilizado	765.755	704.998
	765.755	704.998
Total do ativo	1.384.159	1.293.656

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	50.809	34.160
Empréstimos e financiamentos	345.773	235.313
Impostos e contribuições a recolher	13.756	6.417
Obrigações trabalhistas	51.843	48.527
Partes relacionadas	3.143	–
Outros passivos	32.874	20.185
	498.198	344.602
Não circulante		
Fornecedores	304	916
Empréstimos e financiamentos	587.815	750.081
Provisões para contingências	1.218	1.625
Partes relacionadas	70	5.900
Imposto de renda e contribuição social diferidos	155.246	119.078
	744.653	877.600
Total do passivo	1.242.851	1.222.202
Patrimônio líquido		
Capital social	49.181	49.181
Ajuste de avaliação patrimonial	223	223
Reservas de lucros	91.904	22.050
Total do patrimônio líquido	141.308	71.454
Total do passivo e patrimônio líquido	1.384.159	1.293.656

Demonstração do Resultado

	2023	2022
Receita líquida	1.274.232	1.025.487
Custo dos serviços prestados	(990.702)	(898.327)
Lucro bruto	283.530	127.160
Despesas gerais e administrativas	(48.866)	(49.760)
Despesas com vendas	(121)	(125)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.668	22.055
Lucro operacional antes do resultado financeiro	240.211	99.330
Receitas financeiras	14.861	2.158
Despesas financeiras	(145.551)	(73.240)
Resultado financeiro, líquido	(130.690)	(71.082)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	109.521	28.248
Imposto de renda e contribuição social	(36.184)	(22.470)
Lucro líquido do exercício	73.337	5.778
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)		
Lucro básico e diluído por ações	0,5219	0,0411

Demonstração do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**73.337**	**5.778**
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**73.337**	**5.778**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	109.505	28.248
Ajustes		
Depreciação	166.698	131.223
Provisão (reversão) para contingências	(407)	(1.603)
Perda na venda de ativo imobilizado	(4.565)	(14.465)
Resultado de equivalência patrimonial	–	(137)
Provisão de juros de empréstimos e financiamentos	143.415	70.551
	414.646	213.817
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) no contas a receber	(102.766)	(54.677)
Redução (aumento) nos estoques	(3.506)	(11.960)
Redução (aumento) de tributos a recuperar	(6.725)	(4.431)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	941	380
Redução (aumento) de outros ativos	18.444	(23.568)
Aumento (redução) de fornecedores	16.037	(5.330)
Aumento (redução) de impostos a pagar	7.339	(1.570)
Aumento (redução) de outros passivos	16.005	9.286
Caixa gerado pelas atividades operacionais	360.415	121.947
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	(117.059)	(45.566)
Caixa líquido, provenientes das atividades operacionais	243.356	76.381
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	–	90
Aquisições de propriedades para investimento	–	(28)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(256.449)	(384.444)
Valor recebido na venda de imobilizado	33.559	40.179
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	(222.890)	(344.203)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos	(180.478)	(186.065)
Amortização de empréstimos Debêntures	(86.500)	(20.000)
Ingressos de empréstimos	198.485	687.348
Pagamentos Juros sobre Debêntures	(9.669)	(17.297)
Partes relacionadas	(5.765)	(15.542)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(83.927)	448.444
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	(63.461)	180.622
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	254.104	73.482
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	190.643	254.104

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	187.920	2.992	14.029	241.801	–	446.742
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	5.778	5.778
Cisão	(138.739)	(2.769)	(11.500)	(228.058)	–	(381.066)
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	–	–	289	–	(289)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	5.489	(5.489)	–
Em 31 de dezembro de 2022	49.181	223	2.818	19.232	–	71.454
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	73.337	73.337
Destinação do lucro:						–
Dividendos e Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(3.483)	(3.483)
Constituição de reserva legal	–	–	3.667	–	(3.667)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	66.187	(66.187)	–
Em 31 de dezembro de 2023	49.181	223	6.485	85.419	–	141.308

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: A Fagundes Construção e Mineração S.A. inscrita no CNPJ sob nº 90.272.337/0001-40, possui sede em Portão, tem por objetivo social a prestação de serviços de jazidas minerais, terraplanagem, obras portuárias, marítimas e fluviais, tais como: barragens, represas e diques, exceto para energia elétrica, pavimentação, saneamento, serviços de construção civil em geral, perfurações, desmontes, escavação e remoção de terras em terrenos urbanos e/ou rurais, transporte de cargas em geral por via rodoviária com caminhões, incorporação de imóveis, compra e venda de imóveis próprios, a participação em outras sociedades e o que mais convier concernente ramo. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria. Foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. Práticas Contábeis: 3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixas e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de compra estimado para o curso normal dos negócios, acrescidos dos custos e despesas de compra. **3.3 Imposto de renda e contribuição social:** A Empresa optou pelo regime de tributação do Lucro Real no período em curso, e calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) corrente com base nas alíquotas de 25% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro tributável. Os saldos são reconhecidos no resultado da Empresa pelo regime de competência. **3.3.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portando, sofrer alterações. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente terrenos, edificações, veículos, máquinas e equipamentos e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de veículos e máquinas e equipamentos na data de 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos itens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, instalações e outros - 10 anos; Equipamentos de informática - 5 anos; Edificações - 80 anos; Veículos e Equipamentos - 3 anos. **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.6 *Impairment* de ativos financeiros:** A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo as mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e as condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.7 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.8 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas de produtos a prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa. A empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço a ser prestado. **3.9 Riscos e Contingências:** A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base na opinião de assessores jurídicos, faz análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, entende que não são esperadas perdas relevantes em processos envolvendo a Empresa. **4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos:** Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo. **4.1 Propriedades para investimento:** Desde 1º de janeiro de 2009, as propriedades para investimentos passaram a ser reconhecidas de acordo com as premissas dispostas no CPC 26 (Propriedades para investimentos), sendo seu valor juntos avaliado no final de cada exercício através de laudos de avaliação e reconhecido em contrapartida ao resultado. **4.2 Reconhecimento da Receita:** A Empresa reconhece a receita quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos serviços prestados são transferidos para o cliente. O critério adotado para reconhecimento da receita é a data em que a medição é efetuada, levando-se em consideração a última medição realizada para emissão da nota fiscal. Para a receita que difere do período em que é emitida a nota fiscal, constitui-se uma provisão para recebimento de receitas em períodos futuros. A Empresa reduz da receita bruta no encerramento do exercício os seus respectivos impostos sobre os serviços prestados, bem como os descontos concedidos em contratos, demonstrando desta forma a receita líquida auferida no período. **4.3 Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis:** As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliações e são revisadas anualmente pela Empresa. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras da Empresa. **5. Capital Social e Destinação de Resultados:** O Capital Social compõe-se de 140.516.056 ações pertencentes a acionistas residentes e domiciliados no país sem valor nominal, perfazendo um total de R$ 49.180.619,60 (Quarenta e nove milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e dezenove reais e sessenta centavos) de capital social totalmente subscrito. No decorrer do exercício não foram distribuídos lucros.

Diretoria

Diretora Presidente: **Nelsi Haas Fagundes -** CPF 235.959.140-15
Diretor Operacional: **Diogo Eduardo Fagundes -** CPF 893.495.390-04
Diretor Administrativo: **Silvio Alencar Fagundes -** CPF 717.780.470-68
Diretor Comercial: **José Fernando Fagundes -** CPF 639.086.200-82

Contador

Paulo Cesar Motta
CPF: 498.915.700-10 - CRC/RS nº 61.363